

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*, Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-531-0

DOI 10.22533/at.ed.310200911

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 01 de “***A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA ATUALIDADE E EDUCAÇÃO POLÍTICA: IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS CRÍTICAS	
Clésio Aderno da Silva	
Graciela Targino	
Keyla Andrea Santiago Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3102009111	
CAPÍTULO 2	10
UM PROJETO PARA A PROMOÇÃO DA LITERATURA E DOS DIREITOS HUMANOS	
Regina Coeli da Silveira e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3102009112	
CAPÍTULO 3	21
O CURRÍCULO E A ESCOLA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO DA POBREZA	
Eliana Cordeiro Curvelo	
Sebastião de Souza Lemes	
DOI 10.22533/at.ed.3102009113	
CAPÍTULO 4	32
INTRODUÇÃO AO MULTICULTURALISMO EM EDUCAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos	
Manoel Leandro Fávero	
Audete Alves dos Santos Caetano	
Suzana Alves de Moraes Franco	
DOI 10.22533/at.ed.3102009114	
CAPÍTULO 5	39
A FORMAÇÃO HUMANÍSTICA DO PROFESSOR NOS ASPECTOS QUE TANGEM A INCLUSÃO SOCIAL	
Marlene Ribeiro Martins	
Bruna Fernanda Ananias Souza	
Patrícia Mata Sousa	
Tatiane Cristina Ramos Moscatelli	
DOI 10.22533/at.ed.3102009115	
CAPÍTULO 6	53
FORMAÇÃO MORAL NO CONTEXTO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE: DIVERSIDADE CULTURAL, INTERFACES E APROXIMAÇÕES COM OS CONCEITOS DE CAMPO E HABITUS DE PIERRE BOURDIEU	
Sara Bernardes	
DOI 10.22533/at.ed.3102009116	

CAPÍTULO 7.....	66
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJAL PAULISTA - SP	
Izalto Junior Conceição Matos Kátia Regina Zanardo	
DOI 10.22533/at.ed.3102009117	
CAPÍTULO 8.....	78
EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE PENSAM OS ALUNOS DE UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL	
Marcos Roberto Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.3102009118	
CAPÍTULO 9.....	88
DESEMPENHO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG EM AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA E PERCEPÇÃO DOCENTE: ANÁLISE BASEADA NO PROEB/SIMAVE DE 2011 A 2017	
Larissa Mendes Mateus Luciane da Silva Oliveira Marcos Vinicio Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.3102009119	
CAPÍTULO 10.....	102
O PROJETO RECEPÇÃO CIDADÃ: ACOLHIDA DE ESTUDANTES INGRESSANTES DO IFTM – CAMPUS UBERLÂNDIA	
Gabriel Ferreira Barcelos Anna Clara Pereira Machado Nísia Maria Teresa Salles Márcia Lopes Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.31020091110	
CAPÍTULO 11.....	107
RELAÇÕES VERDES: DA PRÁTICA À CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	
Ana Paula Gorski Cesar Beatriz Lorenzi Wisbeck	
DOI 10.22533/at.ed.31020091111	
CAPÍTULO 12.....	120
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL X FORMAÇÃO HUMANA: PROCESSO DE DISPUTA OU COMPLEMENTAÇÃO DE SABERES?	
Elza Magela Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.31020091112	
CAPÍTULO 13.....	134
O RECURSO LINGÜÍSTICO DAS GÍRIAS UTILIZADO PELOS ADOLESCENTES E/OU JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	
Fernando Miranda Arraz	

CAPÍTULO 14..... 149

A AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À AGRICULTURA CONVENCIONAL NO ASSENTAMENTO TERRA À VISTA, SUL DO ESTADO DA BAHIA

Adenilson Alves Cruz

Rosana Mara Chaves Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31020091114

CAPÍTULO 15..... 157

PISO SALARIAL DOCENTE NO ESTADO DE MATO GROSSO SUL: APROXIMAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra

Danielli Araujo Jarcem

DOI 10.22533/at.ed.31020091115

CAPÍTULO 16..... 170

EDUCAR PARA O CUIDADO DE SI E PARA VIVER A *PARRHESÍA*

Wagner Gomes Sebastião

Carlos Roberto da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.31020091116

CAPÍTULO 17..... 179

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO COMBATE À DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Emilly Alencar Pereira

Elenir da Silva Marques

Joelma Gomes Pereira

Mariane da Silva Costa

Richard Sebastião Silva das Neves

Flaviany Aparecida Piccoli Fontoura

Claudia Janayna Carollo

DOI 10.22533/at.ed.31020091117

CAPÍTULO 18..... 183

EVASÃO ESCOLAR E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Shana Krindges

Elisete Gomes Natário

DOI 10.22533/at.ed.31020091118

CAPÍTULO 19..... 195

A CRIANÇA E O NOVO CAMPO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Gisele Brandelero Camargo

Ana Luiza Santos

Ana Marcela Taques Glonek

Joseane Schoab Giebeluka

DOI 10.22533/at.ed.31020091119

CAPÍTULO 20.....211

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DISCURSO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE QUALIFICAÇÃO DOCENTE NA CIDADE DE RIO BRANCO – ACRE

José Eliziário de Moura
Erlande D'Ávila do Nascimento
Paulo Eduardo Ferlini Teixeira
Uthant Benicio de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.31020091120

CAPÍTULO 21..... 226

PROJETO MALALA: UMA VOZ PELA EDUCAÇÃO

Patricia Batista Schunk
Sueli Marques de Souza Velloso

DOI 10.22533/at.ed.31020091121

CAPÍTULO 22..... 238

HORTA ORGÂNICA EM ESCOLA MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

José Carlos Pina
Luiz Antonio Higino da Silva
Ademir Kleber Morbeck de Oliveira
Rosemay Matias
Giselle Marques de Araújo
João Paulo Abdo
Talita Cuenca Pina Moreira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.31020091122

CAPÍTULO 23..... 251

FATORES DE DESISTÊNCIA NA ESCOLA: ALUNOS DE UM CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

Hélio Fritz Kiessling
Júlio Gomes de Almeida
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz

DOI 10.22533/at.ed.31020091123

CAPÍTULO 24..... 259

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E PROFISSIONAL

Karina Franco
Claudia Almeida Scariot
Géssica Fiabane
Priscilla Christina Franco

DOI 10.22533/at.ed.31020091124

CAPÍTULO 25..... 268

JUVENTUDE, CULTURA E IDENTIDADE: APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DE

CAPITAL CULTURAL

José Franco de Azevedo

Sônia Pinto de Albuquerque Melo

DOI 10.22533/at.ed.31020091125

CAPÍTULO 26..... 284

UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO ESCOLAR E A HISTÓRIA DE VIDA DE JOVENS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rafaela Furtado Queiroz

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

DOI 10.22533/at.ed.31020091126

SOBRE O ORGANIZADOR..... 298

ÍNDICE REMISSIVO..... 299

PISO SALARIAL DOCENTE NO ESTADO DE MATO GROSSO SUL: APROXIMAÇÕES E PERSPECTIVAS

Data de aceite: 03/11/2020

Data de submissão: 05/08/2020

Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Bolsista Capes, campus Campo Grande/MS
<http://lattes.cnpq.br/1303592600947256>

Danielli Araujo Jarcem

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Bolsista PIBIC, campus Campo Grande/MS
<http://lattes.cnpq.br/2093901682723048>

RESUMO: O presente artigo realiza uma aproximação à discussão da política do Piso para professor da educação básica na rede pública do estado de Mato Grosso do Sul. Tem como objetivos conhecer os instrumentos documentais de implantação e implementação da política salarial docente, especialmente o Piso, e compreender a organização do Estado no processo de valorização e manutenção da Política do Piso. A metodologia está pautada no estudo documental a partir dos dados relativos a composição salarial, dos principais institutos de pesquisa e dados MDE. A pesquisa compreende que a implantação do PSPN não é um mero plano definidor de um teto remuneratório, mas um conjunto de condições articuladas que faz efetivamente o salário docente constituir um caráter político. Embora seja um anseio antigo da categoria de professores, a consolidação

do PSPN representa um desafio para a política educacional nacional, regional e local.

PALAVRAS-CHAVE: Professor. Salário. Trabalho. Educação.

TEACHING SALARY FLOOR IN THE STATE OF MATO GROSSO SUL: APPROACHES AND PROSPECTS

ABSTRACT: This article brings us closer to the discussion of the policy of the floor for basic education teachers in the public system of the state of Mato Grosso do Sul. The objectives are to understand the documents instruments of implementation of the teaching salary policy, especially the Floor, and to understand the organization of the State in the process of valuing and maintaining the Floor Policy. The methodology is based on the documental study of the wage composition data from the main research institutes and MDE data. The research understands that the implementation of the PSPN is not a mere plan defining a salary ceiling, but a set of articulated conditions that effectively makes the teaching salary a political character. Although it is a long-standing desire of the category of teachers, the consolidation of the PSPN represents a challenge for national, regional and local educational policy.

KEYWORDS: Teacher. Salary. Job. Education.

1 | INTRODUÇÃO

O Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) foi instituído por meio da Lei nº 11.738, de 16/07/2008, que ao ser sancionada marcou

a corrida dos estados e municípios, bem como dos professores por meio dos sindicatos visando a adequação às condições financeiras e a efetiva do direito. O equilíbrio das contas públicas passou a ser contraposto à lei, mas logo a grande maioria dos estados implementaram o piso estadual em conformidade com o PSPN.

A partir do PSPN uma nova dinâmica parece forçar as barreiras do Estado e constituir uma relação entre o direito ao salário digno e a representatividade da carreira para a sociedade, de modo a promover a valorização dos professores da educação básica por meio do incentivo aos planos de cargos, carreira e com uma política salarial representada pela implantação do piso nacional, enquanto valor-referência para todo o território nacional.

A metodologia está pautada no estudo bibliográfico e documental relativo a política salarial docente. Parte-se da premissa de que a política salarial docente vem adquirindo maior visibilidade no movimento pela escola pública de qualidade, mas ofuscada pela perspectiva do Estado em conter despesas e naturalmente dificultando a compreensão da importância de uma política efetiva de valorização docente.

O presente artigo situa-se na configuração da política salarial docente da educação básica na rede pública do estado de Mato Grosso do Sul, buscando conhecer os documentos que introduzem a política do Piso e compreender a organização do processo de manutenção da política do Piso no estado.

2 I SALÁRIO DOCENTE: APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS E POLÍTICA-EDUCACIONAIS

Ao longo da história do Brasil o discurso sobre salário sempre ecoou, tanto nos governos populistas como nos repressores e liberais, pois a promessa de salários justos para o trabalhador era/é frequentemente utilizada como indicativo de conformação social, expressamente desejada pelas conjunturas para manter o modo de produção capitalista e a unidade social. Neste sentido, entende-se que é um direito do professor ter salário digno condizente com sua função social, cabendo ao Estado subsidiar, acompanhar e assegurar os deveres fundamentais constantes na Constituição Federal de 1988 (art. 205 e 206), que julga valorizar os profissionais da educação escolar, garantir os planos de carreira e a forma de ingresso, e implementar o piso salarial nacional inerente à qualidade da educação. (BRASIL, 1988).

O salário docente foi pauta dos principais movimentos político-educacionais na história, a começar pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) que buscava associar a qualidade à equiparação da remuneração docente e à melhoria das condições de trabalho, como umas das vertentes para a construção de um sistema educacional nacional e superação da educação tradicional vigente. Assim

pensado, a equiparação dos salários dos mestres e professores, na prática, indicava a necessidade de uma unidade de formação, que incorporasse os estudos do magistério às universidades proporcionando a “[...] libertação espiritual e econômica do professor mediante uma formação e remuneração equivalentes que lhe permitam manter, com a eficiência no trabalho, a dignidade e o prestígio indispensáveis aos educadores”. (MEC, 2010a).

De lá para cá, os salários de professor da Educação Básica não sofreram alterações capazes de refletir os anseios prescritos no Manifesto de 1932, nem mesmo no segundo Manifesto de 1959 (Mais uma Vez Convocados), que apontava uma das causas para a situação precária, a falta de salários justos e compatíveis com a responsabilidade social dos professores e de políticas de formação capazes de corroborar com a melhoria dos próprios salários. (MEC, 2010a).

Historicamente o salário de professor de educação básica carrega o estigma do professor desvalorizado no país, pois é uma reivindicação secular e eminentemente vulnerável às conveniências econômico-políticas das instâncias de governo. Segundo Lourenço, (2011) a mobilização dos profissionais em educação foi essencial no processo democrático do país e que permitiu maior visibilidade à profissão docente.

Na década de 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos mostrou que a remuneração e a valorização do professor seriam a chave para a melhoria dos índices educacionais, sugerindo o estabelecimento de “alianças” entre Estado e sociedade, visando melhores condições sociais e de trabalho dos professores. Estas recomendações ecoaram no processo de formulação da CF/1988, que associou o salário de professor à política de financiamento da educação, marco histórico neste sentido, determinando a aplicação de recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212¹). Mais tarde, a LDB/1996 reafirmou a necessidade de aperfeiçoamento dos professores, inclusive com licença remunerada e estabeleceu critérios de progressão na carreira a serem desenvolvidos nas instâncias de governo, específica as verbas e as despesas, sendo complementadas pela Lei 9.424/1996 (FUNDEF) e pela EC nº 14/1996 (art. 70). (BRASIL, 1996).

Conforme Cury (2017) até a década de 1990 a valorização do magistério ficou praticamente limitada às políticas de formação e/ou qualificação e às condições de trabalho, a exemplo do Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação. Mais tarde, o Programa de Apoio aos Secretários Municipais da Educação (PRASEM/FUNDESCOLA/MEC) que discutiu a elaboração dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Público, produzindo elementos fundamentais para a formulação da Lei do Piso em 2008.

O salário do professor passou a configurar nas políticas educacionais e,

1. Mínimo 18% da União e 25% dos estados/municípios/DF.

sua regulamentação a caminhar junto às políticas de financiamento como medida para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 2006, a EC nº 53² definiu a porcentagem de distribuição dos recursos aos estados/DF/municípios para despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) (art. 212)³ destinados ao pagamento de salário de professor da educação básica em exercício e os 40% restantes para despesas administrativas, manutenção de escola e constantes nos arts. 7º e 8º da LDB/1996.

Em 2007 a Lei nº 11.494 (FUNDEB) designou recursos com maior clareza, subsidiando a política de valorização docente (BRASIL, 2007), que em seguida, foi constituída elementos da política educacional para a equiparação da remuneração docente em todo o território nacional, a criação dos Planos de Cargos e Carreira e Remuneração (PCCR) nos sistemas locais, o aumento dos recursos para o pagamento de professor e a regularização enquanto parâmetro para a qualificação e remuneração docente, por meio do PNE/2014 – 2024. (BRASIL, 2014).

É importante destacar que a preocupação com salários justos e equivalentes às demais categorias de trabalho é uma inquietação atemporal e inerente a qualidade da educação, constituída na concepção histórica da educação brasileira.

Desta maneira, o salário de professor se torna um instrumento estratégico e mobilizador, suscetível às conveniências do Estado capitalista e às condições dos entes federativos, fato que contribui para um cenário desigual. Mészáros (2011) afirma que o Estado capitalista vive um caráter permanente de crise, sendo possível questionar a real representação do trabalho do professor para o Estado, quando se refere à valorização salarial. O salário, portanto, funciona como uma força equalizadora da política de valorização docente, que permanece sob o controle e vigilância pelo Estado.

3 I DIMENSÃO NACIONAL DO PSPN

O Piso consiste no valor mínimo do vencimento inicial pago pela jornada de trabalho de, no máximo, 40 horas semanais, conforme as especificidades de cada ente federativo, cujo valor deve ser calculado proporcional a hora trabalhada visando propiciar isonomia entre sistemas e categorias, devendo ser integralizado no sistema público até 2021. (CNTE, 2015).

Desta maneira, o piso assume uma função essencialmente política, pois atua como referência para padrão nacional em consonância com a organização

2. A EC nº 53/2006 altera a alínea e do inciso III, artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/1988. (BRASIL, 2006)

3. A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988).

financeira dos estados e municípios, sujeitando-se às interações entre as prioridades e as contingências econômicas locais e regionais, o que enfatiza as contradições da política do Piso, pois embora municípios e estados consigam pagar o Piso não conseguem cumprir o plano de cargos e carreira, evidenciando diversidades de modelos, de gratificações, de regras diferenciadas de promoção que ao final dificultam a viabilidade do PSPN, o que suprime a expectativa de regularidade da efetivação da política nacional.

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (IPCA) em março de 2019 mostra que o valor Mínimo Nominal e Necessário (MNN)⁴ para a manutenção de uma família com quatro pessoas deveria ser R\$ 4.277,04 (DIEESE, 2019). Conforme o último reajuste (1º/01/2019) do PSPN foi fixado em 2.557,74 (MEC, 2019) faltando cerca de 40% para alcançar o MNN. Com relação ao Piso/MS/2019, relativo a 40h/a, é R\$ 4.052,78, faltando R\$ 174,26 (6,8%) para alcançar o MNN. Observa-se que este valor vem de distanciando em relação ao mesmo período de 2018, indicando uma desaceleração no índice de variação positiva do Piso, pois em 2017 esta diferença era de apenas R\$ 112,96 (3%).

O quadro a seguir traz a trajetória dos reajustes do PSPN e do Piso/MS em comparação com a Receita/FUNDEB, o Valor Aluno Anual (VAA), o Salário Mínimo e o Índice Nacional de Preço do Consumidor (INPC):

Ano	FUNDEB			Piso do Magistério		Salário Mínimo		INPC
	Receita (R\$)	Cres. (%)	VAA (R\$)	Valor	Cres. (%)	Valor (R\$)	Cres. (%)	
2009	73.957.958.272,00		1.121,34	950,00		465,00		4,11
2010	87.403.800.681,00	18,18	1.414,85	1.024,67	7,79	510,00	9,68	6,47
2011	99.927.419.184,00	14,33	1.729,28	1.187,00	15,92	545,00	6,86	6,08
2012	107.621.009.883,00	7,70	1.867,16	1.451,00	22,24	622,13	14,15	6,10
2013	119.104.198.376,00	10,67	2.022,51	1.567,00	7,99	678,00	8,98	5,56
2014	127.100.509.538,00	6,71	2.285,57	1.697,00	8,30	724,00	6,78	6,23
2015	132.934.980.478,00	4,59	2.545,31	1.917,78	13,01	788,00	8,84	11,28
2016	138.193.768.372,00	3,96	2.739,87	2.135,64	11,36	880,00	11,68	6,58
2017	141.843.941.700,00	2,64	2.875,03	2.298,80	7,64	937,00	6,48	1,94
2018	148.331.515.900,00	4,57	2.926,56	2.455,35	6,81	965,00	2,99	3,43
2019	165.102.053,60	0,50	3.048,73	2.557,74	4,17	998,00	3,09	2,46
2020	-	-	3.440,29	2.886,24	22,84	1.024,00	3,17	-

Tabela I – Comparativos Gerais do PSPN 2009 a 2020

Fonte: MEC/INEP e IBGE

4. Para o cálculo do Salário Mínimo Necessário, o Dieese considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender às suas necessidades vitais básicas do trabalhador e sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. (BRASIL, 1988, art. 7º, IV).

O VAA/Fundeb consiste no instrumento para elaboração do PSPN, cujo o percentual de reajuste⁵ é calculado a partir no valor per-capita/Fundeb das séries iniciais do ensino fundamental urbano e nos dois últimos anos. (BRASIL, 2009b). Em contrapartida a União complementar com até 10% destinado exclusivamente para a integralização do PSPN com base no VAA.

Evidentemente para manter o piso em constante evolução exige-se um esforço cada vez maior do Fundeb, que reserva uma parcela para despesas em MDE como o pagamento de salário de professor e demais profissionais em educação. No Gráfico I a seguir, mostra que a partir de 2014 há redução na porcentagem de aplicação de recursos relativos a MDE ainda que o salário de professor mantenha uma determinada valorização e que começa a retomar a partir de 2016.

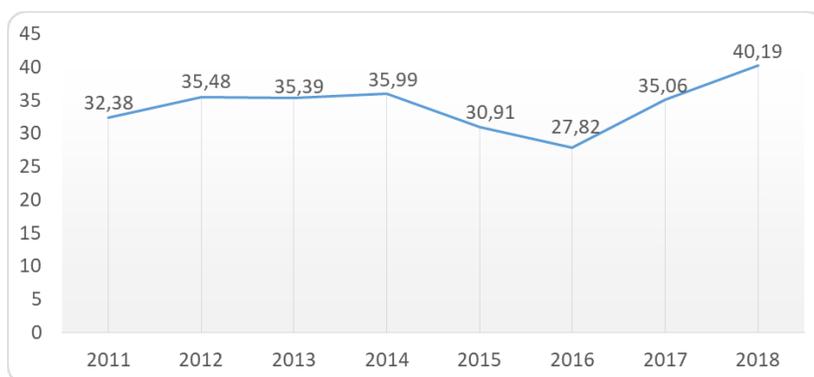


Gráfico I – Taxa de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências Vinculadas à Educação em MDE em MS

Fonte: Relatórios de Indicadores de 2011 a 2018. (MEC/SIOPE/FNDE)

Embora um aumento progressivo das despesas em 2016, isso não implica que o estado esteja pagando tranquilamente o Piso a seus professores.

A exemplo de 2018 as despesas em MDE chamam a 110% destinados-se ao pagamento de professores e profissionais da educação (Gráfico II), exigindo a complementação limite da União.

5. O cálculo do PSPN era baseado na arrecadação de impostos gerando diferenças muito grandes entre estados e municípios, por isso a Advocacia Geral da União (AGU) redefiniu a estimativa com base no VAA-Fundeb conforme artigo 5º da Lei do Piso. (CNTE, 2014, p. 9).

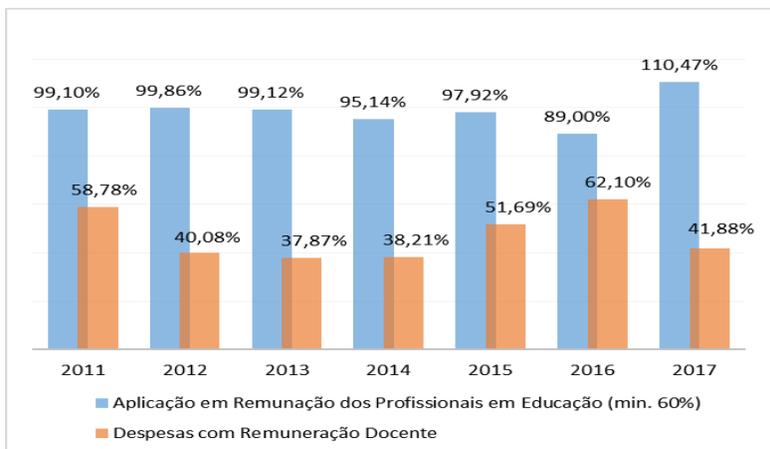


Gráfico II – Despesas com MDE em Relação ao Salário de Professor⁶

Fonte: Relatórios de Indicadores de 2011 a 2017. (SIOPE/FNDE) (MEC, 2018b).

Com base no gráfico acima, as despesas com pagamento de profissionais em educação tiveram variação 20% em relação às despesas com salários exclusivamente docentes⁷ no período analisado. A variação nas despesas com remuneração docente não é proporcional ao VAA (Tabela I) que se mantém em consonância com a necessidade de manutenção da escola pública.

Embora haja aumento de despesas, há uma redução do número de municípios cumpridores do piso (Gráfico III). Estes dois fatores podem indicar o movimento de desarticulação da política do Piso, indicando instabilidades nas condições do Estado.

Em 2018 a Confederação Nacional dos Municípios (CMN) manifestou preocupação com a vinculação do Piso ao VAA, pois na medida que os municípios asseguram o pagamento dos professores, devem observar os limites de gastos com pessoal conforme Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

4 I DIMENSÃO REGIONAL/LOCAL DO PSPN: MATO GROSSO DO SUL

Por meio da luta histórica dos professores em MS o primeiro piso salarial instituído - Lei Complementar nº 807 de 1987 – tinha sido fixado em três salários mínimos para uma carga-horária de 22 horas semanais (FETEMS, 2014). Somente em 2013 o governo estadual e a Fetems consolidaram o Pacto de Valorização dos Trabalhadores em Educação e Modernização do Estatuto dos Profissionais da Educação Pública de MS (FERNANDES; FERNANDES, 2015), contribuindo para o

6. No momento desta pesquisa, os dados de 2018 ainda não estavam disponibilizados no SIOPE/MEC.

7. A Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, incluiu ao conjunto da categoria de trabalhadores em educação os professores e os portadores de curso técnico ou superior em área pedagógica ou a fim (BRASIL, 2009a).

conjunto de iniciativas favoráveis a implementação do PSPN.

O estado de MS possui 79 redes municipais das quais em 2019, 20 não pagam o PSPN, registrando uma redução de 7% dos municípios que cumpriam, indicando, em primeira expectativa, dificuldades na capacidade financeira do estado. A rede estadual está situada com o conjunto de municípios que possuem um Piso maior que o PSPN. O Gráfico III mostra o cumprimento do piso no MS:

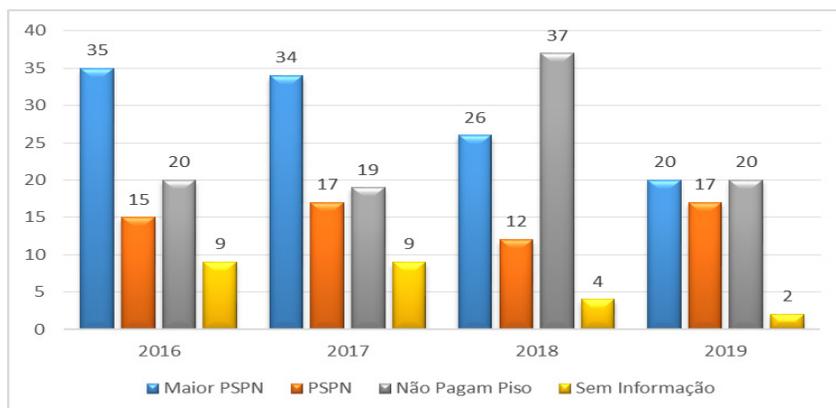


Gráfico III – Municípios de MS no Cumprimento da Lei do Piso

Fonte: Fetems (2016; 2017; 2018 e 2019)

A redução do número de municípios cumpridores do Piso parece indicar um engodo, uma vez em que o pico em 2016 não trouxe a certeza da estabilidade ou evolução regular nos reajustes. Em 2019 os professores de 40h sejam efetivos ou contratados recebem R\$ 6.079,00, porém conforme Lei Complementar 266, de 10 de julho de 2019, os professores temporários vão receber R\$ 4.100 por 40h semanais, o equivalente ao PSPN, mas inferior aos Piso do estado para efetivos. (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

Estes dados podem indicar a desaceleração na valorização do Piso no interior dos sistemas, onde há uma realidade mais apurada e concreta, pois o cumprimento não depende da capacidade de negociação entre sindicato e Estado, mas está atrelado a outras condições de cunho estrutural – econômico e financeiro do Estado.

O detalhamento do valor do Piso/MS mostra teoricamente que o empenho sindical e docente está buscando manter a sua constante evolução. Na prática, um professor-doutor de 40/h que tenha em média 25 a 30 anos de tempo de serviço recebe R\$ 10.766,21, que corresponde ao maior salário da rede pública do estado, conforme Tabela Salário da Fetems:

	Professor 20h	Professor 40h	Especialista 30h	Especialista 36h
Clas.	Níveis I ao IV	Níveis I ao IV	Níveis I ao III	Níveis I ao III
A	2.016,39 a 3.343,54	4.052,78 a 6.687,09	4.559,38 a 5.015,32	6.079,17 a 6.687,09
B	2.330,35 a 3.343,08	4.660,70 a 7.690,15	5.243,28 a 5.767,61	6.991,05 a 7.690,15
C	2.674,83 a 4.413,48	5.349,67 a 8.826,95	6.018,38 a 6.620,22	8.024,50 a 8.826,95
D	2.796,42 a 4.614,09	5.592,84 a 9,228,18	6.291,94 a 6.921,14	8.389,25 a 9.228,18
E	2.918,00 a 4.814,70	5.836,00 a 9,629,41	6.565,50 a 7.222,05	8.754,00 a 9.629,41
F	3.039,59 a 5.015,32	6.079,17 a 10.030,63	6.839,07 a 7.522,97	9.118,76 a 10.020,63
G	3.140,90 a 5.182,49	6.281,81 a 10.364,98	7.067,04 a 7.773,74	9.422,71 a 10.364,98
H	3.262,49 a 5.383,11	6.514,98 a 10.766,21	7.340,60 a 8.074,66	9,787,46 a 10.766,21

Tabela II – Salário de Professor da Rede Pública Estadual de MS - 2019

Fonte: Tabela de Salários (FETEMS, 2019).

Ao entrar em vigor a Lei no estado, o salário de professor graduado de 40h era de 1.856,29 com regência e 1.325,92 sem regência. A Regência foi um sistema de bonificação à remuneração extinta em 2015 (LC nº 182/2013), que integralizou a jornada de trabalho em 1/3 para atividades extraclases (hora-atividade) ao Piso, um dos fatores que levou a Fetems a monitorar a evolução do Piso pela LC nº 200/2013 que prevê o aumento de: 91,97% em out/2019; 95,64% em out/2020 e 100% em out/2021. (MATO GROSSO DO SUL, 2013).

Após o parecer da AGU em 2014, MS aprovou a LC nº 200/2015 que alterou os dispositivos do Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado visando fortalecer e assegurar o cumprimento do Piso/MS, sendo utilizado como um instrumento de negociação entre sindicato/professor/estado para que seja devidamente alinhado à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Segundo Vieira (2007) a política salarial docente sempre encontrou dificuldades de implementação devido as discrepâncias das condições financeiras dos estados e municípios, bem como a falta de legislação específica que respalde o direito do professor. Desta maneira, reconhece-se a importante luta para recuperar a defasagem histórica que cerca a política salarial, expressamente dependente da organização do Estado.

Em síntese há um conjunto de documentos criados em um determinado espaço de tempo que atua na expectativa de constituir uma política salarial docente, ligando-a aos dispositivos de carreira e à melhoria do poder aquisitivo e qualidade de vida do professor. Contudo, diante de determinadas condições estruturais no interior dos sistemas educacionais, cujas federações são interdependentes e parcialmente autônomas, a aplicação do Piso passa a ser verdadeiro entrave para a manutenção

das finanças públicas, deixando de ser um instrumento exclusivo de mobilização e valorização docente, para colocar em disputa - Estado e professor.

Neste sentido, em um Estado repleto de contradições que reproduz o poder dominante, o PSPN ainda não se efetivou enquanto política de Estado, visto que não depende exclusivamente da luta sindical e/ou da vontade política dos governantes, mas de um emaranhado de relações e disputas que engendram a necessidade de constituir a política de valorização docente. Em tempos de reformas estruturais como se encontra o país atualmente, é evidente que estas políticas já implantadas encontrem desafios capazes de mudar seu curso natural.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos elementos constitutivos da política salarial docente permitiu verificar que o Estado é o seu grande proponente, exposta à uma determinada ordem estruturada e orgânica, que submete o salário do professor ao clivo da estabilidade econômica do Estado.

A partir do movimento das contrapropostas do Estado é possível observar que a categoria docente e suas reivindicações salariais caminham em constante conflito, dispostos em um movimento contraditório, inerente ao modelo de Estado capitalista, que parece vislumbrar-se no imediatismo das políticas de governo, e não de Estado.

Sem dúvida o Estado é o grande proponente da política salarial docente, que está disposto em uma determinada ordem estruturada e orgânica, sob uma factual conjuntura e que submete o salário do professor ao clivo da estabilidade econômica do Estado.

A política salarial docente pressupõe a discussão sobre financiamento, manutenção da carreira nos sistemas educacionais estaduais e municipais, aplicação integral dos recursos constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da relação dos vencimentos iniciais e finais, da jornada de trabalho nos planos de carreira locais de acordo com níveis de formação, dos vencimentos em conformidade com a titulação, e dos PCCRs regionais/locais que dão o caráter específico a cada especificidade.

Analisar a política salarial docente e sua compatibilidade com a importância da função social do professor e da educação, exige o empenho concreto no estudo destas questões em uma perspectiva dialética, considerando que esta política materializa as políticas educacionais e coloca em movimento a sociedade e o capital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Planalto. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Senado Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.494, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União retificado em 22 jun. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm>. Acesso em: 12 ago 2019.

_____. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, 2008.

_____. Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. **DOU** de 7 de ago. 2009a.

_____. Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, §1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **DOU** de 29 de maio de 2009, Seção 1, p. 41 e 42. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. 2009b.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE) – 2014 – 2024. Brasília: MEC/INEP, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Diretrizes para a Carreira e Remuneração. A Valorização Profissional no Contexto do Sistema Nacional Articulado de Educação. **Cadernos de Educação**, nº 21, 2 ed., out. 2009.

_____. **Piso e Carreira Andam Juntos para Valorizar os Profissionais da Educação Básica Pública**. O Piso Salarial e as Diretrizes Nacionais de Carreira no Contexto do Pacto Federativo e do Custo Aluno Qualidade (CAQi e CAQ). Revista CNTE-Gestão 2014/2017, out. 2015.

CURY, J. Entrevista. Lei de Responsabilidade Educacional. **Revista Com Censo #8**, v. 4, n. 1, mar. 2017.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Jomtien: Unes-co, 1990. Disponível em: <<http://www.pitangui.uepg.br>>. Acesso em: 12 set. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIO-ECONOMICOS (DIEESE). Transformações Recentes no Perfil do Docente das Escolas Estaduais e Municipais de Educação Básica. **Nota Técnica**, n. 141, out. de 2014.

_____. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. **Salário Mínimo Nominal e Necessário**. DIEESE, 2019. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasic/2019/201903cestabasic.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2019.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (FETEMS). FETEMS 35 anos de Muita História para Contar. **Revista Atuação**, ed. 9. Campo Grande, MS, mar, 2014.

_____. **Tabela de Salários e Ranks**. 2009 a 2018. 2019.. Disponível em: <<http://www.fetems.org.br/Informacoes/mocoos/menu:3/submenu:11/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

FERNANDES, M. D. E.; FERNANDES, S. J. Vencimento Salarial Docente: O caso do Fundeb e do PSPN. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 275-297, jan./jun. 2016.

LOURENÇO, Eliane. Salários e Greves: memórias dos professores da escola pública paulista nas décadas de 1970 e 1980. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)**, São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/recursos/anais/14/1300849800_ARQUIVO_Elaine_Lourenco_Anpuh.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 4.464, de 19 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a política salarial para os profissionais do magistério públicos da Educação Básica do Poder Executivo Estadual, na forma que menciona, e dá outras providências. **DOEMS** nº 8.581, de 20 de dezembro de 2013. p. 3.

_____. Lei Complementar nº 200, de 13 de julho de 2015. Dá nova redação ao § 3º do art. 24 e acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 49, da Lei Complementar nº 087, de 31 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de MS. **Diário Oficial de MS** nº 8.961, de 14 de julho 2015. p. 1.

_____. Lei Complementar 266, de 10 de julho de 2019. Altera, acrescenta e revoga dispositivos à Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. **DOE**. ANO XLI n. 9.942 Campo Grande, segunda-feira, 15 de julho de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco/MEC, 2010a. Coleção Educadores. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Portaria Interministerial nº 10, de 28 de dezembro de 2017. Estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), no exercício de 2018. **Diário Oficial da União**, Seção 1, nº 249, de 20 de dezembro de 2017.

_____. Sistema de Informações Sobre Orçamento Público em Educação (SIOPE). **Investimentos Públicos em Educação**. Relatórios de Indicadores. 2018b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/siope>>. Acesso em 21 set. 2019.

_____. **Piso Nacional Profissional Nacional** – 2019. Brasília: MEC, 2019. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=72571&fbclid=IwAR0l2CCZRrDDOtLQBmyIKmEKL98-6f-bkRDSDNIVJiOjI2inrTr5MsXGRio>

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo [et.al]. 2.ed. rev. ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

VIEIRA, J. M. D. **Piso salarial nacional dos educadores**: dois séculos de atraso. Brasília, CNTE, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 22, 47, 89, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 258, 284, 293, 296

Agricultura convencional 149, 152

Agricultura natural 239, 242, 243, 248, 250

Agroecologia 149, 150, 152, 154, 156, 250, 283

Aprendizagem significativa 183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 228, 296

Assentamento 149, 150, 153, 154, 155, 156

C

Chikungunya 179, 180, 182

Conscientização ambiental 239

Coronavírus 195, 196, 197, 204, 205, 210

Cotas 251, 254, 257

Covid-19 195, 196, 204, 205, 209

Crianças 22, 25, 26, 35, 36, 41, 45, 47, 89, 92, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 123, 181, 184, 186, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 247, 248, 293, 296

Cuidado de si 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Cultura 2, 3, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 24, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 81, 104, 129, 134, 135, 147, 191, 199, 200, 201, 202, 204, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 236, 250, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 288, 298

Currículo 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 51, 63, 64, 69, 87, 91, 92, 98, 117, 203, 204, 205, 207, 210, 212, 218, 219, 220, 224, 225, 265

D

Dengue 179, 180, 181, 182

Desempenho em matemática 88, 96, 97

Direitos humanos 10, 11, 12, 13, 15, 19, 20, 25, 48, 83, 262

Diversidade 4, 10, 15, 16, 18, 33, 34, 35, 38, 40, 42, 44, 53, 54, 57, 59, 63, 64, 69, 102, 113, 202, 222, 257, 271, 281

Dualismo escolar 120, 133

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 284, 285, 286, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298

Educação ambiental 117, 119, 238, 239, 240, 241, 247, 248, 249, 250

Educação básica 32, 71, 75, 89, 90, 100, 157, 158, 159, 160, 165, 167, 168, 183, 203, 212, 255, 256, 261, 266, 298

Educação de jovens e adultos 132, 259, 260, 261, 266, 267, 284, 285, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Educação em direitos humanos 10

Educação em saúde 179, 182

Educação infantil 31, 66, 72, 110, 181, 203, 204, 207, 209, 226, 227, 228, 235, 237, 246, 247, 293

Educação política 1, 6, 7, 8, 9

Educação profissional 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 251, 254, 255, 257, 258, 261, 266

Ensino médio integrado 126, 251, 253, 257

Ensino profissionalizante 78, 82, 123, 126, 254

Escola 2, 5, 6, 7, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 124, 125, 129, 130, 150, 154, 158, 160, 163, 168, 172, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 202, 203, 204, 205, 207, 210, 211, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 254, 255, 256, 260, 262, 266, 284, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Escola pública 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 61, 110, 112, 113, 114, 116, 125, 130, 158, 163, 168, 181, 193, 223, 296

Escolarização 25, 33, 34, 37, 91, 92, 195, 196, 197, 204, 205, 207, 208, 209, 220,

251, 256, 259, 262, 263, 288, 289

Escolas técnicas 78, 124, 125, 126

Evasão escolar 73, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 218, 221, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258

F

Formação 2, 3, 4, 5, 6, 13, 19, 22, 24, 25, 27, 31, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 79, 80, 81, 86, 92, 102, 103, 105, 110, 111, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 138, 143, 144, 145, 147, 149, 153, 155, 159, 166, 172, 181, 189, 190, 191, 211, 212, 213, 216, 218, 219, 221, 223, 230, 240, 249, 255, 256, 259, 260, 261, 266, 267, 273, 279, 284, 285, 286, 287, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298

Formação escolar 284, 285, 286, 289, 291, 292, 293, 294, 296

Formação humana 5, 22, 46, 52, 120, 121, 127, 133

Formação humanística 39

Formação profissional 42, 47, 120, 124, 255, 259, 266, 287

G

Gestão democrática 66, 67, 75, 296

Gíria 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

H

Histórias de vida 285, 286, 287, 288, 292, 294, 296

I

Identidade 14, 34, 52, 63, 67, 70, 84, 134, 135, 139, 144, 145, 146, 147, 201, 214, 218, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 287, 288, 290, 292

Inclusão social 39, 42, 43, 48

Infância 22, 47, 107, 109, 112, 115, 116, 117, 136, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 209, 210, 285, 289, 295

J

Juventude 267, 268, 280, 281, 290, 292, 296

L

Linguagem 7, 13, 16, 29, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 230, 270, 272, 273

Literatura 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 29, 78, 219, 251, 253, 254, 255, 269,

276

M

Mundo do trabalho 23, 24, 26, 54, 259, 260, 262

N

Natureza 8, 13, 54, 62, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 126, 129, 149, 150, 152, 176, 238, 239, 240, 241, 242, 249, 256, 259, 279, 280, 287

Nível de proficiência 88, 90

Novo campo escolar 195, 196, 197, 203, 205, 207, 208

P

Parrhesía 170, 171, 176, 177, 178

Participação coletiva 66

Pedagogia de projetos 226

Políticas educacionais 1, 2, 23, 27, 29, 30, 70, 89, 92, 159, 166, 211, 213, 214, 215, 220, 222, 223

Políticas públicas 7, 26, 27, 56, 59, 78, 88, 89, 90, 99, 100, 109, 131, 186, 209, 211, 257, 259, 261

Prática pedagógica 32, 44, 69, 75, 89, 92, 177, 226

Preservação ambiental 116, 239

Privados de liberdade 134, 136, 138, 140, 142, 145, 147

PROEB 88, 89, 90, 91, 93, 98, 99, 100

Professor 14, 15, 19, 25, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 64, 67, 73, 76, 77, 78, 83, 85, 86, 90, 93, 98, 111, 112, 114, 115, 118, 137, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 177, 178, 183, 189, 194, 206, 211, 213, 216, 218, 219, 222, 223, 224, 228, 229, 265, 266, 272, 294, 295, 298

Projeto político pedagógico 66, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 189, 190, 228, 295

Projeto recepção cidadã 102, 105

Q

Qualificação 41, 48, 79, 81, 82, 83, 86, 159, 160, 211, 212, 213, 223, 260, 266

R

Recurso linguístico 134, 139

S

Salário 82, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168

Saúde na escola 179, 180, 181, 182

SIMAVE 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100

Sócrates 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178

T

Teoria crítica 1, 3

Trabalho 3, 8, 10, 12, 23, 24, 26, 28, 30, 40, 41, 43, 44, 45, 54, 58, 64, 66, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 90, 92, 93, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 165, 166, 171, 207, 211, 213, 214, 221, 223, 226, 227, 228, 229, 234, 235, 236, 240, 241, 247, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 284, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 296

Z

Zika 179, 180

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 